

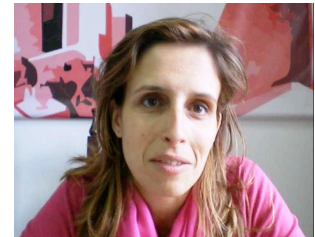


🔍 União Europeia

Jamila Madeira: entrevista

Vale a pena votar nas Europeias?

26-05-2009 7:57:00



“Não resolvemos nenhum problema do mundo e muito menos os nossos, se ficarmos sozinhos fechados em casa” diz Jamila Madeira, única candidata ao Parlamento Europeu ligada ao Algarve, que poderá ser eleita.

O 10º lugar na lista do PS fica na linha de água, entre os que poderão obter um passaporte para Bruxelas e um lugar no Parlamento Europeu e os que não serão eleitos mas, ainda assim, a eurodeputada realça “serem os socialistas, o único partido que apostou num deputado oriundo do sul do país”.

Porém, em entrevista ao Observatório do Algarve, Jamila Madeira que “gostaria de contar com a confiança dos algarvios” referencia, como o mais importante, “a participação dos cidadãos, independentemente do sentido de voto”.

Sem perder de vista a sua qualidade de portuguesa e europeia, na hora de prestar contas sobre o trabalho desenvolvido durante o último mandato, “também conta o facto de ser algarvia e ter um conhecimento profundo dos problemas da região” justifica.

O próximo ciclo de poder na União Europeia será marcado tanto pela crise económica que hoje assola os países mais desenvolvidos, mas também pela aplicação do Tratado de Lisboa, que vai alterar os poderes do Parlamento, mas vai igualmente “mexer” no orçamento e nas políticas de coesão.

Neste contexto, para Jamila Madeira, a regionalização em Portugal já está atrasada, porque “os desafios que se nos colocam a seguir a 2013, obrigam-nos a pensar na regionalização o mais depressa possível”.

São questões que irão marcar o Parlamento Europeu, a eleger no próximo dia 7 de Junho, e a política de coesão, que dita a distribuição orçamental, baseia-se num sistema que se reflecte nas regiões e na sua identidade, “visando uma utilização de recursos eficaz”.

Pagamentos por conta mais ágeis na União Europeia (UE)

No que se refere a medidas para combater a crise, Jamila Madeira reclama para a família da esquerda socialista no PE “uma maior agilização de medidas, que já existiam e que possibilitam, a partir de Junho, o pagamento por conta de fundos estruturais”.

Segundo ela, “a direita, actualmente no poder, votou a contragosto, mas temos de reconhecer que votou. Infelizmente, a medida que os socialistas apresentaram para a consolidação

daquilo a que chamamos euro-obrigações, não conseguiu passar no plenário do Parlamento e a Comissão não a considerou”.

“No entanto, accionar este instrumento possibilitaria um grande reforço da disponibilidade financeira”, refere, a propósito de um tema que marcou as suas intervenções públicas no Algarve, durante a semana passada, no início da campanha eleitoral, onde foi acompanhada pelo cabeça de lista Vital Moreira e pelo seu homólogo Capoulas Santos.

Isto porque seria possível “accionar processos de regulação e supervisão e a possibilidade de terminar com os paraísos fiscais, não controláveis pelo Estado em termos financeiros, . “Seria uma importante ajuda para combater a crise”, faz ainda notar.

Turismo costeiro como factor de desenvolvimento

Outro dossier que “se pode reflectir positivamente no Algarve” foi o do ‘Turismo Litoral’, que Jamila Madeira coordenou e foi relatora e que a Comissão aceitou. Serão as propostas da eurodeputada algarvia, que no plenário ocorrido em Roma, no dia Europeu do Mar, a Comissão anunciou serem aceites.

“São medidas que a Comissão Europeia vai adoptar e terão um impacto directo no Algarve e em Portugal e sinto orgulho em ter conseguido obter apoios, ao longo de todas as fases do relatório, essenciais para que ele seja aceite pela Comissão”.

Em sua opinião, “o turismo não é só uma lógica de sol e praia, nem unicamente de alojamento. Integra um conjunto de actividades que precisam de ser co-relacionadas, integradas de maneira substancial e substanciada e não em conflito”.

O relatório propõe “alterar a base territorial” e, em termos da região algarvia, a definição de turismo costeiro estende-se “até 50 quilómetros em linha recta desde a costa para o interior, o que significa, se olharmos para o Algarve, toda a região”.

“Deixa de haver a faixa litoral dissociada do interior, passa a existir uma ligação que dá sustentabilidade, ajuda a quebrar a sazonalidade e cria sinergias”, sublinha.

Um projecto turístico não pode ser pensado senão em função do resto da realidade do Algarve, e não em conflito com o ambiente ou a agricultura. Implica harmonia com a paisagem, as tradições e a história, mas igualmente com as redes de transportes e as comunicações, refere ainda Jamila Madeira.

A ideia é integrar todos estes instrumentos e, ao fazê-lo, “ajudar a diminuir a pressão sobre o território e aumentar a sustentabilidade dos investimentos”.

Ganha esta ‘batalha’ legislativa, Jamila Madeira entende que “posso fazer um balanço positivo do trabalho que desenvolvi e tenho motivações para continuar”.

Vale a pena votar nas Europeias?

Quando solicitada a enumerar razões porque valha a pena participar nas europeias, onde a abstenção se prevê muito alta, Jamila Madeira considera decisiva “a participação dos cidadãos”.

Segundo ela, “não resolvemos nenhum problema do mundo e muito menos os nossos, se ficarmos sozinhos fechados em casa”. A União Europeia é um problema de integração”.

Ninguém se deve demitir da responsabilidade de escolher os seus representantes, em especial quando o Parlamento Europeu vai ter poderes reforçados, com a entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2010 do Tratado de Lisboa. Cerca de 95% das decisões serão tomadas pelo PE em igualdade de circunstâncias com o Conselho de Ministros, e 80 por cento da nossa

legislação nacional advém das opções que se fazem em termos europeus, relembra.

Os cidadãos têm agora a mesma responsabilidade ao eleger um eurodeputado ao Parlamento Europeu, um deputado à Assembleia da República ou até da Assembleia Municipal.

“Por isso, acho importante que o Parlamento Europeu reflecta a verdadeira vontade dos cidadãos, expressa pelo voto. A escolha é livre, mas é uma escolha tem que ser feita”.

Conceição Branco